

4 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - MEX

Termo de Referência 31/2026

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|-----------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 31/2026 | 160027-4 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - MEX | AMANDA KATIELLY MAGALHAES DE MEDEIROS | 11/06/2026 16:46 (v 0.15) |
| Status | | | |
| ASSINADO | | | |

Outras informações

| | | |
|------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | | 64042.002202/2026-20 |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64042.002202/2026-20)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de alvenaria, construção, carpintaria, marcenaria, ferro, aço, elétrico, hidráulico, pintura, pisos, revestimentos, janelas portas e demais acessórios, complementos e afins com base na Tabela SINAPI-GO (itens 01 ao 10) e SINAPI-DF (itens 11 ao 20), visando atender às necessidades de manutenção do canteiro da Obra do Novo HMAB e da Obra de Duplicação e Restauração da GO-213, sob responsabilidade do 4º Batalhão de Engenharia de Construção, conforme condições, estimativas, quantidades estabelecidas a seguir, conforme no ANEXO I deste TR e exigências definidas neste instrumento.

| AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, COM BASE NO MAIOR DESCONTO NA TABELA NÃO DESONERADA DO SINAPI-GO MANUTENÇÃO DE CANTEIRO DA OBRA DE DUPLICAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA GO-213 | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-------------------|--------|----------------|---------------|------------------------------------------|--------------------------|
| Item | Descrição/ Especificação | CAT/ SER | Unidade de Medida | Qnt | Valor Unitário | Valor Total | PERCENTUAL DE DESCONTO MÍNIMO ACEITO (%) | Preço Total COM desconto |
| 1 | Materiais de alvenaria e construção abrangendo cimento, tijolos, telhas, parafusos, porcas, | 454500 | UND | 80.000 | R\$ 1,00 | R\$ 80.000,00 | 1,00% | R\$ 79.200,00 |

| | | | | | | | | |
|---|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-----|--------|----------|---------------|--------------|---------------|
| | complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- GO). | | | | | | | |
| 2 | Materiais de carpintaria e marcenaria abrangendo madeiras, compensados, barrotes, caibros, tábuas e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- GO). | 480519 | UND | 80.000 | R\$ 1,00 | R\$ 80.000,00 | 1,00% | R\$ 79.200,00 |
| 3 | Materiais de ferro, aço e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- GO). | 377680 | UND | 80.000 | R\$ 1,00 | R\$ 80.000,00 | 1,00% | R\$ 79.200,00 |
| 4 | Materiais elétricos abrangendo cabos elétricos, eletrodutos, interruptores lâmpadas , refletores, complementos e afins (baseados na Tabelas SINAPI- GO). | 617244 | UND | 80.000 | R\$ 1,00 | R\$ 80.000,00 | 1,00% | R\$ 79.200,00 |
| 5 | Materiais hidráulicos abrangendo adaptadores pvc, válvulas, caixa d'água, calha, inclusive tubos PEAD em diversos diâmetros, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- GO). | 600914 | UND | 40.000 | R\$ 1,00 | R\$ 40.000,00 | 1,00% | R\$ 39.600,00 |
| 6 | Materiais de Pintura abrangendo tintas, massas, Impermeabilizantes, solventes e removedores, fundos e seladores, vernizes, silicones, adesivos e colas, pincéis e rolos e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- BA). | 634288 | UND | 40.000 | UND | R\$ 40.000 | 1,00% | R\$ 39.600,00 |
| 7 | Materiais de pisos, revestimentos e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- GO). | 468722 | UND | 40.000 | R\$ 1,00 | R\$ 40.000,00 | 1,00% | R\$ 39.600,00 |
| | Materiais de Janelas, Portas e demais acessórios, | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-----|--------|----------|---------------|-------|----------------|
| 8 | complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- GO). | 453799 | UND | 40.000 | R\$ 1,00 | R\$ 40.000,00 | 1,00% | R\$ 39.600,00 |
| 9 | Equipamentos de proteção coletiva e individual abrangendo tela plástica, placa de sinalização de segurança, protetor /ponteira plástica, capacetes, cintos, demais acessórios, complementos e afins (baseado na Tabela SINAPI-GO) | 343207 | UND | 40.000 | R\$ 1,00 | R\$ 40.000,00 | 1,00% | R\$ 39.600,00 |
| 10 | Ferramental em geral, mecânico, hidráulica, elétrica, equipamentos manuais e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- GO). | 626238 | UND | 40.000 | R\$ 1,00 | R\$ 40.000,00 | 1,00% | R\$ 39.600,00 |
| TOTAL | | | | | | | | R\$ 554.400,00 |
| Endereço de entrega: Rodovia GO-213, Usina de Asfalto, Morrinhos/GO, CEP 75.650-000 (coordenadas -17.728550, -49.081727). | | | | | | | | |

| AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, COM BASE NO MAIOR DESCONTO NA TABELA NÃO DESONERADA DO SINAPI-DF MANUTENÇÃO DE CANTEIRO: DA OBRA DO NOVO HMAB – HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE BRASÍLIA | | | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-------------------|--------|----------------|---------------|------------------------------------------|--------------------------|
| Item | Descrição/ Especificação | CAT/ SER | Unidade de Medida | Qnt | Valor Unitário | Valor Total | PERCENTUAL DE DESCONTO MÍNIMO ACEITO (%) | Preço Total COM desconto |
| 11 | Materiais de alvenaria e construção abrangendo cimento, tijolos, telhas, parafusos, porcas, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- DF). | 454500 | UND | 80.000 | R\$ 1,00 | R\$ 80.000,00 | 1,00% | R\$ 79.200,00 |
| | Materiais de carpintaria e marcenaria abrangendo madeiras, | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-----|--------|----------|---------------|-------|---------------|
| 12 | compensados, barrotes, caibros, tábuas e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- DF). | 480519 | UND | 80.000 | R\$ 1,00 | R\$ 80.000,00 | 1,00% | R\$ 79.200,00 |
| 13 | Materiais de ferro, aço e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- DF). | 377680 | UND | 80.000 | R\$ 1,00 | R\$ 80.000,00 | 1,00% | R\$ 79.200,00 |
| 14 | Materiais elétricos abrangendo cabos elétricos, eletrodutos, interruptores lâmpadas , refletores, complementos e afins (baseados na Tabelas SINAPI- DF). | 617244 | UND | 50.000 | R\$ 1,00 | R\$ 50.000,00 | 1,00% | R\$ 49.500,00 |
| 15 | Materiais hidráulicos abrangendo adaptadores pvc, válvulas, caixa d'água, calha, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- DF). | 600914 | UND | 40.000 | R\$ 1,00 | R\$ 40.000,00 | 1,00% | R\$ 39.600,00 |
| 16 | Materiais de Pintura abrangendo tintas, massas, Impermeabilizantes, solventes e removedores, fundos e seladores, vernizes, silicones, adesivos e colas, pincéis e rolos e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- BA). | 634288 | UND | 40.000 | R\$ 1,00 | R\$ 40.000,00 | 1,00% | R\$ 36.600,00 |
| 17 | Materiais de pisos, revestimentos e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- DF). | 468722 | UND | 40.000 | R\$ 1,00 | R\$ 40.000,00 | 1,00% | R\$ 39.600,00 |
| 18 | Materiais de Janelas, Portas e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- DF). | 453799 | UND | 30.000 | R\$ 1,00 | R\$ 30.000,00 | 1,00% | R\$ 29.700,00 |
| | Equipamentos de proteção coletiva e individual abrangendo tela plástica, placa de sinalização de | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-----|--------|----------|---------------|-------|------------------|
| 19 | segurança, protetor /ponteira plástica, capacetes, cintos, demais acessórios, complementos e afins (baseado na Tabela SINAPI-DF) | 343207 | UND | 40.000 | R\$ 1,00 | R\$ 40.000,00 | 1,00% | R\$ 39.600,00 |
| 20 | Ferramental em geral, mecânico, hidráulica, elétrica, equipamentos manuais e demais acessórios, complementos e afins (baseados na Tabela SINAPI- DF). | 626238 | UND | 40.000 | R\$ 1,00 | R\$ 40.000,00 | 1,00% | R\$ 39.600,00 |
| TOTAL | | | | | | | | R\$ 514.800,00 |
| Endereço de entrega: DF-010, Regimento de Cavalaria e Guarda, Brasília - DF, CEP 70297-400 (coordenadas -15.75784 -47.93894). | | | | | | | | |
| VALOR DE REFERÊNCIA PARA O MAIOR DESCONTO: | | | | | | | | R\$ 1.069.200,00 |
| VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: | | | | | | | | R\$ 1.080.000,00 |

1.1.2 Caso haja divergência entre a descrição deste Termo de Referência e o CATMAT, deverá ser seguido a descrição contida neste termo.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. [A3]

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.[A4]

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato (para os casos, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021).

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

DA FORMA DE COTAÇÃO

1.10. Para efeito de cotação, será levado em conta o **MAIOR DESCONTO**, ou seja, o maior percentual de desconto oferecido na Tabela SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Índices da Construção Civil (SEM DESONERAÇÃO), o qual tem gestão compartilhada entre Caixa e IBGE e divulga mensalmente custo e índices da construção civil, do Estado do Goiás e Distrito Federal.

1.11. A deverá iniciar sua oferta com um percentual de desconto Licitante igual ou maior que o mínimo ceito para cada item.

DO VALOR DE REFERÊNCIA

1.12. Para obter-se o custo estimado licitado, atribui-se o valor de R\$ 1,00 (um real) a cada unida de dos itens considerados no presente Certame.

1.14. A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, desde sua edição anual de 2003, determina que os custos do SINAPI sejam utilizados como referências para a razoabilidade de preços de obras públicas executadas com recursos federais do Orçamento Geral da União.

1.15. A tabela SINAPI por conter uma pesquisa mensal de preço daquela região, já se constitui no valor de referência para a aquisição dos bens, sendo assim, o valor mínimo fixado para o desconto foi atribuído conforme anexo I deste TR, já que não terá tanta variação de preço, uma vez que já é o preço praticado no mercado local.

1.16. A adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO** sobre as tabelas referenciais SINAPI-GO e SINAPI-DF fundamenta-se na natureza dos materiais a serem adquiridos, bem como na necessidade de padronização dos preços referenciais utilizados pela Administração Pública Federal.

1.17. O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI constitui referência oficial de preços para obras e serviços de engenharia executados com recursos da União, possuindo metodologia consolidada, atualização mensal e ampla aceitação pelos órgãos de controle.

1.18. A utilização do critério de **MAIOR DESCONTO** apresenta-se mais vantajosa à Administração em razão:

a) da elevada quantidade e diversidade de itens relacionados aos materiais de construção, manutenção, carpintaria, marcenaria, elétrica, hidráulica, pintura e afins;

b) da constante variação dos preços de mercado dos insumos da construção civil;

c) da necessidade de manutenção do equilíbrio econômico e da aderência aos preços praticados regionalmente;

d) da inviabilidade operacional de realizar pesquisa individualizada para cada item e subitem constante das tabelas referenciais;

e) da possibilidade de obtenção de economia de escala mediante competição por percentual de desconto incidente sobre tabela oficial atualizada periodicamente;

f) da padronização e objetividade na formação dos preços, reduzindo riscos de sobrepreço e garantindo maior transparência à contratação.

1.18.1. As tabelas adotadas serão:

I) SINAPI-GO (sem desoneração) para os itens 01 ao 10;

II) SINAPI-DF (sem desoneração) para os itens 11 ao 20.

1.18.1.1. Caso determinado item não esteja previsto nas tabelas SINAPI indicadas, será utilizada, subsidiariamente:

I – tabela oficial correlata adotada pela Administração Pública Federal; ou

II – pesquisa de preços realizada nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

18.1.1.2. Quando houver descrição genérica de item na tabela SINAPI, a aferição será realizada considerando:

I) especificação técnica constante na solicitação do Administração;

II) unidade de medida;

III) características técnicas do material;

IV) aplicação prevista;

V) compatibilidade com normas técnicas aplicáveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação visa atender às demandas contínuas de manutenção, conservação, adequação e execução de serviços relacionados às obras sob responsabilidade do 4º Batalhão de Engenharia de Construção, especialmente:

I) Obra do Novo Hospital Militar de Área de Brasília – HMAB;

II) Obra de Duplicação e Restauração da GO-213.

2.1.1 Os materiais objeto da contratação são indispensáveis à execução das atividades operacionais, corretivas e preventivas necessárias à continuidade dos empreendimentos, abrangendo serviços de:

a) alvenaria;

b) construção civil;

c) carpintaria;

d) marcenaria;

e) instalações elétricas;

f) instalações hidráulicas;

g) pintura;

h) revestimentos;

- i) manutenção predial;
- j) acabamentos;
- l) estruturas metálicas;
- m) esquadrias;
- n) pisos e acessórios.

2.1.2. A ausência da contratação poderá ocasionar:

- a) paralisação parcial ou total das frentes de serviço;
- b) comprometimento do cronograma físico-financeiro das obras;
- c) aumento dos custos operacionais decorrentes de aquisições emergenciais;
- d) prejuízo à manutenção das estruturas e instalações sob responsabilidade da Administração;
- e) comprometimento da eficiência operacional e do interesse público.

2.1.3. As quantidades estimadas foram definidas com base:

- a) no histórico de consumo;
- b) nas demandas previstas para o exercício;
- c) nas medições e cronogramas das obras;
- d) na expectativa de consumo anual;
- e) na necessidade de formação de estoque mínimo operacional.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000087/2026*
- II) Data de publicação no PNCP: 05/05/2025*
- III) Id do item no PCA: 21*
- IV) Classe/Grupo: 5610*
- V) Identificador da Futura Contratação: 160027-6/2026*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A1]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A presente contratação está alinhada ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), nos termos da Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.

4.1.2. Materiais de Pintura: Apresentação do Cadastro Técnico Federal de regularidade válido para Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata.

4.1.3. Materiais de carpintaria e marcenaria: Apresentação do Cadastro Técnico Federal de regularidade válido para Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata.

4.1.4. Materiais de Combate a incêndio: Apresentação do Cadastro Técnico Federal de regularidade válido para Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata.

4.1.5. Em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao desenvolvimento nacional sustentável, bem como às diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2010 e suas atualizações, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e no Caderno de Contratações Sustentáveis da Administração Pública Federal, a Administração poderá inserir, nos processos licitatórios destinados à aquisição de bens, critérios e práticas voltados à promoção da sustentabilidade ambiental e socioambiental, tais como:

4.1.5.1. Preferência por produtos constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, recicláveis, atóxicos ou biodegradáveis, quando tecnicamente viável, observadas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis, em especial as ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, ou normas que venham a substituí-las.

4.1.5.2. Observância de requisitos ambientais para certificação ou rotulagem ambiental, quando aplicável, incluindo certificações emitidas ou reconhecidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, ou por outros organismos de avaliação da conformidade reconhecidos oficialmente, que atestem menor impacto ambiental em relação a produtos similares.

4.1.5.3. Preferência para que os produtos sejam acondicionados em embalagens adequadas, com o menor volume possível, que utilizem materiais recicláveis ou reutilizáveis, garantindo a proteção do produto durante o transporte e armazenamento e contribuindo para a redução da geração de resíduos.

4.1.5.4 Exigência de que os produtos não contenham substâncias perigosas acima dos limites estabelecidos em normas nacionais ou internacionais aplicáveis, especialmente aquelas previstas na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) ou regulamentações equivalentes, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cádmio (Cd), cromo hexavalente (Cr VI), bifenilas polibromadas (PBB) e éteres difenil-polibromados (PBDE), quando pertinente ao objeto.

4.1.5.5 Nos casos em que a embalagem utilizar PET reciclado pós-consumo (PET-PCR) destinado ao contato com alimentos, deverá ser observado o atendimento às normas sanitárias vigentes, sendo exigida a autorização ou registro junto à ANVISA, quando aplicável.

4.1.5.6 A contratada deverá observar integralmente a legislação sanitária vigente, incluindo as normas da ANVISA relativas às Boas Práticas de Fabricação, manipulação, armazenamento e transporte, bem como eventuais normas complementares editadas pelos órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais.

Indicação de marcas ou modelos

4.2.1 Na presente contratação não há vedação de marca/produto, entretanto a contratada enviará as especificações dos materiais para aprovação prévia, nos casos em que o procedimento for adotado no ato da requisição.

4.2.1.1. Nos casos em que a Administração entender necessário, quando registrado na requisição do fornecimento, a contratada deverá encaminhar previamente as especificações técnicas, catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes dos materiais ofertados, para análise e aprovação da área técnica competente, visando verificar a compatibilidade do produto com as exigências da contratação.

Subcontratação

4.3. ***Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.[A5]***

Garantia da contratação[A7]

4.4. ***Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.***

Margem de Preferência:

4.5. Não se aplica margem de preferência ao presente objeto, por se tratar de conjunto heterogêneo de materiais de construção, sem previsão de percentual em ato normativo específico, nos termos do Decreto nº 7.546/2011. Sem prejuízo da adoção de critérios de sustentabilidade por item, quando cabíveis, conforme legislação vigente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias (corridos), contados do recebimento do contrato (nos casos aplicáveis) ou da nota de empenho, em remessa parcelada de acordo com a demanda da obra e disponibilidade de espaço físico de estoque para insumos a serem recebidos.

5.1.1 A entrega dos materiais ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e a demanda da Organização Militar, mediante Termo de Contrato e emissão de nota de empenho nas hipóteses em que resultarem obrigações futuras para a contratada. Nas hipóteses em que ocorre entrega total e imediata e sem obrigações futuras será utilizado o instrumento equivalente (nota de empenho), conforme o inciso II do artigo 95 da lei 14.133 . Considerando a natureza variável das demandas, não é possível estabelecer cronograma com definição prévia e exata das datas de entrega.

5.2. ***Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.***

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço : [A2]

5.4.1. Itens 01 ao 10: Rodovia GO-213, Usina de Asfalto, Morrinhos/GO, CEP 75.650-000 (coordenadas -17.728550, -49.081727).

5.4.2. Itens 11 ao 20: DF-010, Regimento de Cavalaria e Guarda, Brasília - DF, CEP 70297-400 (coordenadas -15.75784 -47.93894).

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. ***O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)[A4]***

5.6. O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração. Será celebrado Termo de Contrato, acompanhado da respectiva nota de empenho, nas hipóteses em que a contratação

gerar obrigações futuras para a contratada. Por sua vez, nas aquisições com entrega imediata e integral, sem geração de obrigações futuras, a formalização ocorrerá exclusivamente por meio de Instrumento Equivalente (nota de empenho), sendo emitida nota específica para cada demanda da Administração.

5.6.1. A adoção da entrega parcelada decorre da natureza do objeto e da dinâmica operacional das obras e serviços sob responsabilidade do 4º Batalhão de Engenharia de Construção, uma vez que os materiais serão requisitados de acordo com a evolução das frentes de serviço, cronogramas de execução e necessidades supervenientes da Administração.

5.6.1.1. Tal sistemática proporciona:

- a) melhor gestão do estoque e armazenamento;**
- b) redução de riscos de perdas e deterioração de materiais;**
- c) otimização logística;**
- d) maior controle da execução contratual;**
- e) adequação do fornecimento à efetiva necessidade administrativa;**
- f) racionalização dos recursos públicos.**

5.6.1.2. Cada fornecimento será formalizado mediante emissão de Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento, observando os quantitativos efetivamente demandados pela Administração ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços e do instrumento contratual decorrente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

6.6. A entrega dos bens será acompanhada e fiscalizada por agente da administração designado para tanto.

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A2]*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20 (vinte) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco) dias úteis**. [A3]
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) de correção monetária, **observada a legislação vigente e visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.**[A4]

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito[A11]

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.48. Considerando que o critério de julgamento da presente licitação é o maior desconto aplicado sobre as tabelas de referência do SINAPI, cujos valores são atualizados mensalmente pelo órgão gestor, não se aplica o reajuste anual por índices de preços (como IPCA ou INCC).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, com base na tabela SINAPI - GO (itens 01 a 10) e SINAPI - DF (itens 11 ao 20).

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será **parcelado**.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. **Valores unitários: conforme planilha apresentada no item 1 e composição de preços anexa ao edital.**

Exigências de habilitação[A3]

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A11] :

| | |
|------|---------------------------------------------|
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
| | Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

| | |
|------|---------------------------------------------|
| SG = | Ativo Total |
| | Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

| | |
|------|--------------------|
| LC = | Ativo Circulante |
| | Passivo Circulante |

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da parcela pertinente. [A12]

9.27. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação [A13];*

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. [A14]*

Qualificação Técnica [A15] ~~[A16]~~

9.32. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.32.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

9.32.1.1. Materiais de alvenaria e construção;

9.32.1.2. Materiais de carpintaria e marcenaria;

9.32.1.3. Materiais de ferro, aço;

9.32.1.4. Materiais elétricos;

9.32.1.5. Materiais hidráulicos;

9.32.1.6. Materiais de Pintura;

9.32.1.7. Materiais de pisos, revestimentos;

9.32.1.8. Materiais de Janelas, Portas;

9.32.1.9. Materiais de EPI e EPC;

9.32.1.10. Materiais de Ferramental.

9.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante. [A18]

9.32.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. [A19]*

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32.5. A exigência de atestado de capacidade técnica justifica-se pela necessidade de comprovação da aptidão da licitante quanto à capacidade operacional e logística para fornecimento e entrega dos materiais, especialmente no cumprimento dos prazos e condições estabelecidas, visando assegurar a adequada execução contratual e evitar prejuízos à Administração.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.38. Não será permitida a participação de pessoas físicas, considerando que o objeto da contratação demanda estrutura operacional, capacidade logística, fornecimento contínuo e cumprimento de obrigações acessórias incompatíveis com a execução individual, sendo necessária a atuação de pessoa jurídica especializada.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a 1% de desconto do valor de referência , conforme custos unitários apostos - **EM APÊNDICE I.***

10.2. *O valor de referência para aplicação, conforme **valor descrito na tabela do APÊNDICE I.***

10.3. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.3.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.3.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.3.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.3.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2] .

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Barreiras-BA, 13 de março de 2026.

PAULO FRANCIS SILVA
CHEFE DA SEÇÃO TÉCNICA DO 4º BEC

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de *20 (vinte) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de *20 (vinte) dias*. [A5]

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.* [A6] [A7]

3.2. *A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.*

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO [A8]

4.1. *O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:*

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; [A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto,*

caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]*

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Barreiras-BA, Seção Judiciária de Barreiras-BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital ~~ou Aviso de Contratação Direta~~, no Termo de Referência e nos

demais anexos a que se refere o ~~Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica~~ nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARILIA CARMELITA DE ALMEIDA AMORIM

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 16:46:27.

AMANDA KATIELLY MAGALHAES DE MEDEIROS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 16:40:11.